

XIII MANDATO

ATA N.º 45/2023

Reunião ordinária pública de 04 de outubro de 2023

Ao quarto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, no Centro de Juventude de Braga, situado na Rua Santa Margarida, nº 6, Braga., realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, dando indicação que o PS recebeu uma nota, com a qual concordam, relativamente aos relatos dos cidadãos nas intervenções do público sobre o terreno em S Vítor. Indicou a falta de designação nominal dos cidadãos, que no seu entender o teor dos relatos em ata é contrário ao que foi dito, indicando que percebe os entraves do RGPD, mas solicitando a transcrição do documento que foi feito chegar, se possível. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que referiu que a ata seria submetida na próxima reunião com essas questões. -----

----- De seguida, tomou a palavra o **Vereador do PS Artur Feio**, que referiu uma nota relativamente à questão da ETAR, indicando a perda do financiamento devido ao papel e exigências da APPA, afirmando estar ao lado do Município. Solicitou que fossem feitas chegar os documentos da APPA e tudo o que

impediu o início e avanço da obra, dando ainda a sugestão que, o executivo em conjunto, fizesse uma exposição à tutela onde mostrasse a influência negativa que a APPA teve neste processo, para que do ponto de vista pragmático pudessem prestar contas à cidade. -----

----- Tomou a palavra o Vereador **do PS, Ricardo Sousa**, que, sobre a questão do Ginásio Supera, referiu que houve uma alteração do que estava pensado para aquele espaço, sendo que, no passado, foram lá plantadas árvores que ajudariam a absorver e minimizar o dióxido de carbono de toda aquela área. Referiu também saber que a decisão já estava tomada e aprovada, mas também afirmou, que na política nenhuma decisão pode ser irreversível e que as preocupações legítimas dos moradores que são apresentadas, assim como, por todas as partes envolvidas devem ser escutadas, de modo a criar uma reflexão perante a grande contestação que se está a fazer sentir. Ato contínuo, referiu que se fosse hoje talvez o executivo tivesse pensado numa nova sugestão e propôs, em nome do PS, que, em diálogo com todas as partes envolvidas, fosse pensada uma nova realocação do projeto, de modo a encontrar um lugar que agrade a todas as partes, do ponto de vista económico para a empresa e de modo a evitar problemas ambientais e de saúde no futuro, questionando se a decisão é mesmo irreversível ou se existe a possibilidade de satisfazer as pretensões da comunidade e do Supera. Tomou a palavra o **Sr. Presidente**, que em resposta à questão relativa à construção do Ginásio por parte da Supera, referiu que o município não tem nenhuma intenção de alterar a decisão sobre esta matéria, sendo que a decisão estava tomada, formalizada e licenciada e que a construção do Ginásio se iria iniciar. Em resposta à segunda questão, indicou ser uma falácia colocar em questão que ou se constrói um ginásio ou se mantém um espaço verde naquele local, pois aquele local do ponto de vista do ordenamento é um espaço de equipamento, e como já tinha sido explicado aos moradores numa das respostas enviadas pelo município, naquele espaço, se não fosse feita construção de um ginásio seria provavelmente para uma valência social, como por exemplo uma creche e que como espaço verde, tal como está, não ficaria com certeza, visto não ter sido essa a pretensão entendida em sede de planeamento urbanístico. Por fim, indicou que a Câmara Municipal de Braga não se pode reger nas suas decisões em função dos níveis de contestação, dando como exemplo outras contestações anteriores, como o “Cadi”, que no momento servia muito bem a população. -----

----- De seguida tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que apresentou duas questões. Primeiramente, sobre a ETAR, indicou que a situação se encontra no mesmo ponto de há dois anos, e questionou qual o motivo de ainda não ser uma realidade e quando será. Com segunda questão, sobre o cemitério de Panóias, onde indicou a resposta que viu na comunicação social sobre o assunto, referindo haver uma proposta de contrato-promessa que envolveria o privado do terreno e a Câmara Municipal de

Braga, no sentido de haver um compromisso com uma solução para o alargamento do cemitério. Pediu ainda à Câmara Municipal de Braga, que, relativamente ao PDM, fossem feitas as diligências necessárias para uma possível resolução da situação. Referiu por fim, ter indicações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia que despacho do pedido à câmara se encontra parado, pois não foi obtida nenhuma resposta. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que, sobre as questões da ETAR, indicou que o Sr. Administrador da AGERE, não estava presente para esclarecer, mas que seriam facultadas as informações pretendidas pelos Srs. Vereadores e considerava tomar essa decisão em conjunto com todo o executivo. Indicou ainda que a informação que tinha no momento relativamente a esse projeto, era que se encontra na fase final para poder avançar. Sobre a questão do cemitério, referiu que o Vereador João Rodrigues já tinha prestado esclarecimentos públicos, mas para que constasse em ata, passou-lhe a palavra. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que indicou que o cemitério em questão não é o Panóias, mas o de Parada e Tibães. De seguida, indicou não existir nenhum contrato-promessa, mas sim um acordo com um protocolo alusivo em vias de ser celebrado entre o município, particular e a União de Freguesias, para que possa ser feito um alargamento do cemitério. Refere ainda que em situações como esta, os nomes têm grande importância, sobretudo para memória futura, reforçando não existir nenhum contrato-promessa urbanístico com ninguém. Indicou por fim, não existir nenhuma falta de despacho, mas sim, a concordância da câmara explanada do ponto de vista formal. Referiu ainda que pela a sua interpretação, o Vereador da CDU, estava a dar a sensação que não havia cemitério porque o município, ou executivo ou mesmo o próprio, estavam a fazer com que assim fosse. Referiu que via a situação completamente de forma contrária e que o cemitério iria ser feito, não por causa da Junta de Freguesia ou mesmo do Vereador da CDU, mas sim, devido ao executivo municipal e de quem tem competência para transformar aquele solo, em solo apto a receber o cemitério. Indicou que entende a preocupação do Sr. Presidente de Junta, tal como o executivo partilha da mesma preocupação, até porque a revisão do planeamento municipal não depende só da câmara, sendo a intenção da mesma o alargamento do cemitério, onde indicou que até ao momento a Câmara agiu atendendo à realização do cemitério naquele local. Referiu, por fim, não ver nenhum problema ou relevância política na questão colocada. No seu entender não teve qualquer fundamento, nem factual, nem jurídico, nem político. Indicou que o cemitério iria ser feito, a partir do momento em que o município conseguisse fazer na revisão do PDM, classificar o solo previsto, como solo apto a receber o cemitério. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que, sobre o acordo, questionou qual o ponto de situação. Em resposta, o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, esclareceu

que o município procederá a essa celebração, assim como, tantos outros que estariam a ser analisados e tidos em conta na revisão do PDM da câmara municipal. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 28 de setembro de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ---

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação da ata n.º 44/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Devolvida para retificação** -----

2. **Pagamento de honorários no âmbito do Estatuto dos Eleitos Locais - Palmira Costa.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pagamento dos honorários e outros encargos judiciais a Palmira Maciel Fernandes Da Costa, ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais”. **Aprovado por unanimidade** -----

3. **Pagamento de honorários no âmbito do Estatuto dos Eleitos Locais – João Nogueira.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pagamento dos honorários e outros encargos judiciais a Palmira Maciel Fernandes Da Costa, ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais”. **Aprovado por unanimidade** -----

4. **Proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2024.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2024, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) e do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da alínea b) do artigo 14.º, n.º 2 do artigo 16.º e artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual”. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que solicitou esclarecimentos sobre a motivação e fundamentação para a escolha dos CAE que podem ficar isentos,

referindo-se especificamente aos negócios até 600.000,00€ e questionou se existe a possibilidade de serem aplicadas taxas intermédias. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que a questão dos CAE é a que está regulamentada, tendo sido feita essa identificação, que foi alvo de discussão pública e de debate com a Associação Empresarial de Braga e que deu origem ao regulamento. Referiu ainda que a criação de taxas intermédias é possível, mas que não estava prevista. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que sugeriu que fosse criada uma taxa intermédia e não uma isenção para negócios até 600.000,00€, já que isso cria um desequilíbrio com outros agentes económicos e ainda que a taxa máxima fosse de 1,5%, mas de 1,2%, numa lógica de manutenção da atividade empresarial existente e de uma maior atratividade do município para uma atividade económica adicional. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou querer sublinhar de forma positiva a isenção até um determinado valor, mas que a questão dos 600.000,00€ lhe levantava algumas questões, referindo ainda que estaria de acordo caso fossem aceites as propostas do PS. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que seria um contrassenso se, depois de regulamentado, fosse aceite a proposta de uma taxa intermédia, pelo que considerou que isso não seria coerente. De seguida, sobre a redução da taxa máxima, afirmou que não considerava que isso fosse um fator de diferenciação para as empresas, pelo que não usam esse valor como fator de atratividade, que a não é propriamente um imposto transparente, e que existe a necessidade de arrecadar um determinado valor de receita, não existindo condições para baixar a taxa. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

5. Fixação da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis para 2024. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta para fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano 2024”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que apresentou uma proposta de redução do IMI para 0,3, considerando uma prática sensata e em linha com outras grandes cidades. Afirmou ainda que preferia fazer esta redução para as famílias do que uma Noite Branca. Tomou a palavra o **Vereador da CDU,**

Vítor Rodrigues, que afirmou haver margem para reduzir a taxa. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que foi equacionada uma possível descida do IMI, mas a decisão não foi nesse sentido, porque uma medida de natureza universal não seria a melhor no contexto atual, pelo que independentemente de ser a primeira ou segunda casa, estariam a abranger um universo global, pelo que a manutenção da taxa e da receita permitirá a sua canalização e o reforço de medidas de apoio à habitação e que vão para pessoas que têm necessidades efetivas. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

6. **Participação variável no imposto sobre o Rendimento Das Pessoas Singulares (IRS) – ano de 2024.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para aprovação da Assembleia Municipal, o percentual relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, para vigorar no ano de 2024, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atual”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou que iria votar contra pois esta é uma responsabilidade que deverá ser assumida pelo estado central, e que desta forma transfere a pressão social para os municípios. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que com esta medida haverá uma descida de 5,2 milhões da receita. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge**

Rodrigues. -----

7. Desafetação do domínio público municipal de parcelas de terreno na Rua Álvaro Miranda, Freguesia de S. Vítor. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação do domínio público municipal de terreno com as áreas de 456,23m², 8,04m², 10,77m² e 269,80m², na Rua Álvaro Miranda, Freguesia de S. Vítor, destinadas a zona verde, integrada em domínio público através do alvará de obras de loteamento n.º 55/2002, na freguesia de S. Vítor, com a sua consequente incorporação no domínio privado do Município, para posterior alienação ao requerente Sifocos – Sociedade Imobiliária, S.A. com vista ao aumento dos lotes 1, 2 e 3, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu que faltava muita informação para perceber o que se estava a votar em concreto, sendo que a documentação não permite identificar as parcelas afetadas em concreto ou averiguar se está a ser cumprido o interesse público, solicitando a retirada do ponto. **Retirado da agenda.** -----

8. Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal localizado na União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 227 m², cedidas para espaço verde através do alvará de obras de loteamento nº 66/90, na UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, com a sua consequente incorporação no domínio privado do Município, para posterior alienação à requerente Diana Isabel de Sousa Faria, para integrar no lote 19, do qual é proprietária, para aumento do logradouro do mencionado lote, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu o PS votaria a favor por se tratarem de pequenas parcelas, ao abandono, que criam despesa para o município, verificando-se um verdadeiro interesse público. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou que estão a ser retirados do domínio público parcelas com classificação de espaço verde, sem que haja a compensação no outro local ou sem que sejam dadas soluções alternativas para as mesmas, motivo pelo qual votaria contra. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga,**

Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.-----

9. Desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público municipal, e posterior alienação – Fraião. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 95 m² cada, e a consequente alienação das mencionadas parcelas aos requerentes, Ricardo Jorge Magalhães Fonseca Leiras e Luis Miguel Reis Henriques Lopes, para aumento dos logradouros dos respetivos lotes. nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual”. Tomou a palavra **o Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu não existir qualquer tipo de interesse público para a desafetação, sendo que o PS faria chegar uma declaração de voto. **Posteriormente, o Partido Socialista** fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Relativamente ao ponto 9. da Ordem de Trabalhos, designado Desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público municipal, e posterior alienação - Fraião, o Partido Socialista vota contra, considerando que: as duas parcelas em causa, com cerca de 95m² cada uma e uma largura média de 3,2m, entraram no domínio público municipal por cedência para espaço verde no Alvará de Loteamento n.º 11/2007; as duas parcelas em causa compõem uma faixa contínua que liga a Rua Domingos da Silva Teixeira, na cota superior, à Rua Dr. Faria, na cota inferior; a receção provisória das obras de urbanização do loteamento ainda não foi feita porque, quando da vistoria realizada para o efeito, o estado em que se encontravam as infraestruturas de arranjos de espaços verdes e rede de rega o não permitia, conforme referido no parecer que consta da Informação n.º I/13203/DAT/2023, de 15/02/2023; no local continua a não haver qualquer iniciativa do promotor do loteamento em concluir as obras de urbanização, nomeadamente as infraestruturas de arranjos do espaço verde, conforme referido na mesmo parecer; esse abandono dos espaços verdes contribui para a degradação da qualidade urbana e potencia a possibilidade de rápida formação de vegetação selvagem, de condições de insalubridade e de insegurança, conforme também refere o mesmo parecer; contrariamente ao concluído no referido parecer, a não conclusão das obras de urbanização, nomeadamente das infraestruturas de arranjos dos espaços verdes e o seu abandono, por parte do promotor do loteamento, não fundamenta qualquer interesse público para a desafetação do domínio*”

público municipal dos espaços verdes, nomeadamente dessas duas parcelas; a desafetação do domínio público municipal, e posterior alienação, destas duas parcelas cedidas para espaço verde no Alvará de Loteamento n.º 11/2007, configura sim um prémio ao promotor do loteamento pela sua inércia e incumprimento, pois vai desobrigá-lo da conclusão das obras de urbanização aí em falta; a prossecução do interesse público, no caso concreto, passa antes pelo despoletar dos meios administrativos que obriguem o promotor a concluir as obras de urbanização em falta, nomeadamente as infraestruturas de arranjos de espaços verdes e rede de rega; o espaço verde constituído pelas duas parcelas é ainda passível de fazer a ligação pedonal, nomeadamente por escadas, entre as cotas da Rua Domingos da Silva Teixeira e da Rua Dr. Faria, conforme identificado no Relatório de Avaliação Imobiliária junto ao processo; esta potencial ligação pedonal entre a Rua Domingos da Silva Teixeira e a Rua Dr. Faria sublinha o interesse público da manutenção no domínio público municipal do espaço verde constituído pelas duas parcelas que se pretendem desafetar do domínio público; uma desafetação do domínio público tem de ser devidamente fundamentada em real motivo de interesse público, o que não é o caso. De salientar que uma desafetação do domínio público não devidamente fundamentada em motivo de interesse público é suscetível de constituir uma ilegalidade.” **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

10. Proposta para apreciação e deliberação da operação urbanística alteração e ampliação de edifício destinado a creche – Cruz Vermelha Portuguesa. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de “alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha Portuguesa”, sita na Rua José António Cruz, São Vítor, Braga, nos termos da alínea d) do número 3 do artigo 75.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, proposta de aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de “alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha Portuguesa”, sito na Rua José António Cruz, São Vítor, Braga, tudo de acordo com os documentos constantes do processo, da alínea d) do número 3 do artigo 75.º do Regulamento do Plano

Diretor Municipal de Braga”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, onde referiu que a proposta não continha informação suficiente para permitir uma votação por parte do PS, solicitando a retirada do ponto da agenda. **Retirado da agenda.** -----

11. Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a atividade “LIVING LAB”V. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pedido de reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a atividade “LIVING LAB”V promovida pela empresa Domingos da Silva Teixeira, S.A., para se proceder ao respetivo procedimento de discussão pública por um período de 20 dias conforme dispõe o número 3.º do artigo 32.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga conjugado com o disposto no artigo 89.º do Decreto-lei n.º 80, de 15 de maio de 2015, na sua atual redação” **Aprovado por unanimidade** -----

12. CPE.27.20. DMOSM “Requalificação Da Escola Básica De Figueiredo” - Resposta ao terceiro pedido de prorrogação de prazo - Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 27/09/2023, que aprovou a prorrogação de prazo por 31 dias da empreitada mencionada em epígrafe”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

13. Contratação (CPE.13.23. DMOSM) Empreitada de “Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente” – Proposta de não adjudicação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a proposta de não adjudicação da empreitada, nos termos do n.º 1 do artigo 70.º e em conformidade com a alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º Código dos Contratos Públicos”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu ser inaceitável o município não ser capaz de lançar concursos públicos a preços justos. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que esta não é uma decisão política, mas técnica. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno**

Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

14. Empreitada (CPE 05.23. DMOSM) “Praia Fluvial de Crespos” - Aprovação do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, o Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, da empreitada mencionada em epígrafe, nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

15. Aprovação do Regulamento do Conselho Consultivo da Cultura do Município de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento do Conselho Consultivo da Cultura do Município de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória”. Tomou a palavra **o Vereador do PS, Artur Feio**, que sugeriu que fosse o Conselho a indicar os nomes na primeira reunião, de modo a evitar votar nomes, pois não tiveram influência nessa escolha. Tomou a palavra **o Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que solicitou saber qual o critério adotado para que certas escolhas figurassem como nome pessoal e não coletivo. De seguida, referiu que constatou a ausência de uma empresa mais local ligada ao turismo, algo que considerou que seria essencial. Tomou a palavra **o Presidente da Câmara** que informou que o convite feito foi em nome pessoal, tal como acontece em sede de regulamento e noutros conselhos semelhantes. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do**

Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----

16. Aprovação do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.**-----

17. Aprovação da 1.ª Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família». Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, a 1.ª Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família», nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória ” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que referiu que a designação do regulamento deveria ser repensado, pois o mesmo não constitui um verdadeiro incentivo à natalidade ou à adoção. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

18. Minuta de Protocolo de Colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a minuta de protocolo de colaboração com a Cáritas Arquidiocesana de Braga, que tem por objeto apoiar a execução do Projeto BIEQUAL, coordenado pelo segundo outorgante, no âmbito do Programa “Escolhas”, com uma comparticipação financeira anual no valor de € 10.000,00

(dez mil euros)". **Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

19. Protocolo de Colaboração com Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a minuta de protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para aprovação, nos termos das alíneas u), v) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que tem por objeto fomentar a cooperação mútua para promover a proteção e o apoio aos cidadãos vítimas de crime, com uma comparticipação financeira anual no valor de €10.000,00 (dez mil euros)". **Deliberada aprovar por unanimidade.** -----

20. Protocolo de Colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a minuta de protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga, que tem por objeto a definição das condições para a dotação dos recursos humanos necessários ao funcionamento ao Serviço de Teleassistência a pessoas idosas do Concelho de Braga". **Deliberada aprovar por unanimidade.** -----

21. Apoio Financeiro ao Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad para a participação na Final Four da Supertaça Europeia. Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pedido de apoio financeiro apresentado pelo Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad, no valor de 4.924,00€ (quatro mil novecentos e vinte e quatro euros), para fazer face às despesas com a participação na Final Four da Supertaça Europeia, de 12 atletas e 6 elementos da equipa técnica, nos termos nos termos enunciados no n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

22. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: "Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as

seguintes freguesias: **a)** Junta de Freguesia de Figueiredo, para execução da obra denominada “Requalificação parcial da Rua das Mimosas - Figueiredo”, no valor de 6 812,62€; **b)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (St. ° Estêvão e São Vicente), para execução da obra denominada “Repavimentação da Rua da Poça - Penso (São Vicente)”, no valor de 58 694,11€; **c)** União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro), para execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação parcial da Rua Volta do Carro”, no valor de 157 682,17€; **d)** Junta de Freguesia de Adaúfe, para execução da obra denominada “Reforço de Verba Pavimentação da Rua 5 de Outubro - Adaúfe”, no valor de 5 169,46€; **e)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Repavimentação da Rua da Poça Penso (S. Vicente)”, no valor de 4.590,00€; **f)** Junta de Freguesia de Sequeira, para execução da obra de “Construção do Parque de Lazer e Recreio de Sequeira”, no valor de 88.696,16€”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou ser importante sublinhar que seria importante que os projetos fossem realizados internamente, pelo município, sem recurso a entidades externas. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

23. Atribuição de apoios financeiros a freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente), no valor de 26 478,80€, para apoiar a “Requalificação da Rua da Charneca – Escudeiros”; **b)** Junta de Freguesia de Vilaça e Fradelos, no valor de 2 226,00€, para apoiar a “Instalações elétricas na antiga escola de Vilaça”; **c)** Junta de Freguesia de Tadim, no valor de 12 915,00€, para apoiar os “Honorários/Projeto “Requalificação da Casa Mortuária de Tadim e Arranjos Exteriores”; **d)** Junta de Freguesia de Mire de Tibães, no valor de 689,00€, para apoiar a “Abate de árvores na Alameda de Ruães”; **e)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 1.065,30€, para apoiar a “Intervenção na Rua da Cruz - Pousada” **f)** Junta de Freguesia de Sobreposta, no valor de 15 608,64€, para apoiar a “Requalificação da secretaria (Espaço Cidadão) da JF de Sobreposta”; **g)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 5 626,48€, para apoiar a “Construção de Zona de Lazer - Parque Industrial; **h)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 12 724,81€, para apoiar o “Melhoramento no exterior da EB/JI Santo António - Padim Graça”; **i)** Junta de Freguesia de Sobreposta, no valor de 6.165,26€, para apoiar a “Requalificação do Jardim de Infância de Sobreposta – Trabalhos Complementares”; **j)**

Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 5 210,74€, para apoiar os “Trabalhos de melhoramento no Parque de Lazer Quintalejo”. k) União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada De Tibães, no valor de 10 067,88€, para manutenção de equipamentos fitness; l) Junta de Freguesia de Sequeira, no valor de 48 898,52€, para a remodelação das instalações temporárias da Comunidade Escolar da EB1 de Sequeira; m) Junta de Freguesia de Sobreposta, no valor de, no valor de 9 979,90€, para a Requalificação da Travessa da Vinha”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

24. Atribuição de apoios financeiros a entidades. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, e ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, propostas de atribuição de apoios financeiros, de acordo com os documentos constantes dos respetivos processos, às seguintes entidades: **a)** Crónicas e Critérios Associação, no valor de 4.046,70 (Academia Sénior); **b)** Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, no valor de 3.505,50€ (equipamentos); **c)** Associação Vida Independente, no valor de 18.000,00€, com vista a garantir a continuidade da atividade da Associação de Apoio às Pessoas com Deficiência”. **Deliberadas aprovar por unanimidade.** -----

25. Outras isenções/reduções/taxas – Deferimento. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º; **b)** Alínea c), n.º 1 do artigo H-2/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga, dos empreendimentos da iniciativa das entidades indicadas no mapa em anexo (Taxa Municipal de Urbanização); **c)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º do Código Regulamentar do Município de Braga (reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal). **Deliberadas aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

26. Outras isenções/reduções/taxas – Proposta de Indeferimento Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga”. **Deliberado**

aprovar a proposta de indeferimento por unanimidade. -----

27. Normas de Acesso e Funcionamento do Projeto “Supera-T”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal o documento que fixa as normas gerais de acesso e funcionamento do projeto “Supera-T”, ao abrigo das atribuições do município previstas nas alíneas *d)* e *f)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da competência prevista na alínea *u)* do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, tudo de acordo com os documentos constantes do processo ao abrigo das atribuições do município previstas nas alíneas *d)* e *f)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da competência prevista na alínea *u)* do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que solicitou saber se existe uma estimativa do número de crianças, a revisão dos valores, dos escalões e a criação de um escalão gratuito, e afirmou que deveria ser repensada a situação em que devem ser os pais a suportar uma deslocação. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que afirmou que iria votar contra considerando que o regulamento não salvaguarda a questão do preço, que não estão asseguradas atividades estimulantes e devido a questões relacionadas com o espaço que, no seu entender, possui muitas carências. Em resposta, a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, referiu que foi solicitada uma solução para as horas não letivas de crianças que saem do primeiro para o segundo ciclo e não possuem retaguarda familiar ou uma resposta civil que garantisse que essas crianças fossem incluídas. Prosseguiu afirmando que se tentou fazer um levantamento de soluções e vagas em organizações e que não sendo viável, se procurou um reforço de assistentes nas escolas para que pudessem oferecer atividades, que também não foi viável. Continuou para afirmar que o compromisso foi criar uma resposta que não seria de ação social ou inclusiva, como havia sido explicado. De seguida, referiu que o plano de atividades ainda não está exposto, e que os técnicos precisam de tempo para conhecer as necessidades das crianças, sendo que neste momento são 15 os utentes inscritos. De seguida, referiu que não foi possível inserir o projeto nas escolas, pelo que o entendimento foi o de procurar uma solução para diminuir o transtorno dos pais, que devem assegurar um transporte aos seus filhos, como já havia sido comunicado, apesar de se tentar aproveitar as soluções que já são oferecidas aos alunos. De seguida, sobre o valor, referiu que foi compromisso do presidente que os pais só custeariam um terço do valor do custo com os técnicos, sendo que foi esse o valor que foi solicitado. Sobre o espaço, referiu que sabe que não existe um espaço exterior, mas que a preocupação foi que houvesse um fácil acesso, com arejamento, pelo que considerou que as instalações respondem às necessidades, e que a ideia é partir para outra solução, sendo que o

provisório se aplica apenas ao presente ano letivo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

28. As normas de participação do Concurso “Eco-Natal” 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, as normas de participação do Concurso “Eco-Natal” 2023, ao abrigo das atribuições do município previstas nas alíneas d), f) e k) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal”. **Deliberada aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

29. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga, ao abrigo do artigo n.º 2 do artigo 23º e do artigo 33º da lei 75/2013”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que solicitou a retirada do ponto para um melhor estudo e planeamento e informou que o PS se iria abster e que faria chegar uma declaração de voto. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que informou que este é um instrumento necessário, importante, com objetivos genericamente válidos, mas pouco ambicioso, com muitas omissões e que a única forma de as resolver seria se as populações fossem auscultadas previamente, e que o ideal seria que a proposta fosse revista no futuro. Referiu também que o plano deveria ser para todo o conselho e que o mesmo não clarifica o papel da nova variante Norte, e que continua a fazer do peão o elo mais fraco. De seguida, questionou se haverá ou não zonas pedonais junto às escolas, se a linha de alta velocidade passará de facto em Semelhe e qual o motivo, e qual foi o cálculo aplicado para os 180€ por

metro quadrado de via clicável. Afirmou ainda que seria importante a existência de uma regulação própria para as trotinetes. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que este não se trata de um plano de ação para a mobilidade sustentável, mas de um plano estratégico, e que, por isso, será sempre menos específico. Prosseguiu para afirmar que, do ponto de vista estratégico, é um plano que começou a ser delineado em 2018, tendo havido dois momentos de consulta pública, ainda antes de existir o Conselho de Mobilidade, junto das populações. De seguida, referiu que se estava a fechar o ciclo deste plano, com uma abrangência mais geral, sendo que era algo necessário para candidaturas a projetos europeus. Referiu também que as considerações do plano foram baseadas nas informações constantes na altura, incluindo as informações prestadas pelas Infraestruturas de Portugal. Terminou por mencionar que o projeto “Eu já passo aqui” tem como um dos objetivos o aumento da segurança junto das escolas, e o abrandamento das velocidades, sendo que alguns dos projetos já estão em fase de desenvolvimento.

Posteriormente, o Partido Socialista fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Relativamente ao ponto 29 da Ordem de Trabalhos, designado Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga (PMUS), os vereadores do Partido Socialista (PS) consideram que: 1. a concretização de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, mais do que uma promessa eleitoral, constitui, hoje, uma legítima expectativa e necessidade da população bracarense; 2. no actual contexto de mobilidade da cidade, um documento com esta dimensão e responsabilidade deveria ter uma ampla e alargada discussão política, envolvendo todas as forças políticas com representatividade municipal; 3. este documento, na opinião dos vereadores do Partido Socialista, está desactualizado e é contraditório em si; 4. analisando o documento, este deveria ir muito mais além para se poderem alcançar os objetivos propostos. Não é suficiente, não está maduro o suficiente, mantém quase tudo como está, com acções que são muito reduzidas para o real impacto que é necessário na área da mobilidade; 5. por exemplo, propõe-se reduzir o transporte individual, aumentando o transporte activo e colectivo, mas mantém o privilégio para o transporte individual; 6. é um Plano que continua a deixar escrita a intenção de alargar a zona pedonal. Mas continua a ser apenas uma mera intenção: há ruas sem passeios, há passeadeiras sem estarem de nível com o passeio. Falta uma acção que crie um Manual de Critérios para a implementação de passeios, passeadeiras e medidas que tornem a cidade acessível a todos os que andam a pé; 7. sobre a implementação da rede ciclável não se definem as prioridades para formar a rede, bem como não se define como se vai ligar as ciclovias que hoje não comunicam entre si. A Rodovia, a Av. Júlio Fragata, a Av. Frei Bartolomeu dos Mártires, que alegadamente terão BRT, e que nos mapas surgem com rede ciclável, vão ou não ter ciclovias? 8. o PMUS está articulado com os planos do BRT? Nos documentos que recebemos não fica claro que estejam coordenadas estas intervenções. Afinal de que serve planear para depois não executar? 9. Falta uma verdadeira estratégia sobre o uso de trotinetes onde se definam criteriosamente o papel de cada interveniente; 10. seria importante e essencial visitar a política de estacionamento tarifado na via pública: não parece sensato ter apenas 7% do estacionamento em 5 das 15 freguesias da zona urbana com zonas pagas; 11. descreve-se a vontade de*

pedonalizar algumas ruas na envolvente da zona pedonal, mas fica esquecida a necessidade de se manter espaço canal para os transportes públicos nessas ruas; 12. a Variante da Encosta e a Variante Sul, que são Avenidas com vários nomes, como Frei Bartolomeu dos Mártires, Júlio Fragata, António Macedo, deixaram de ser vias distribuidoras principais na última alteração do PDM. Voltam a ser porquê? Assim, e porque os vereadores do Partido Socialista entendem que é essencial um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a Cidade de Braga, mas considerando que a proposta apresentada não assegura uma discussão maturada e um debate amplo e alargado com todas as forças políticas com representatividade municipal, o Partido Socialista abstém-se neste ponto.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

30. Proposta de apoio financeiro para a organização do Grande Prémio de Literatura de Viagens Maria Ondina Braga – 6.ª Edição 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de apoio financeiro no valor de 20.000,00€ para a organização do Grande Prémio de Poesia Literatura de Viagens Maria Ondina Braga, sendo 12.500,00€ para o premiado e o restante para as despesas de organização e pagamento de encargos com os membros do júri, publicitação e trabalhos de secretaria, de acordo com o protocolo aprovado na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Braga de 08 de maio de 2017 e celebrado com a Associação Portuguesa de Escritores”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

31. Normas de Participação no Concurso Jovens Talentos '23 – VIII Edição. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, ao abrigo das atribuições do município previstas na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, as Normas de Participação no Concurso Jovens Talentos '23 – VIII Edição, e a respetiva estrutura da premiação”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues,**

Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----

32. Pagamento de Prémios Ex Aequo - Concurso Sonhos Nos Pés. Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta atribuição de Prémios Ex Aequo no âmbito da Gala Final da última Edição do Concurso Sonhos nos Pés". **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

33. Recomendação CDU - Medidas extraordinárias de gestão do transporte público em Braga pela Tub - Empresa Transportes Urbanos De Braga - E. M. Foi apresentada a seguinte recomendação: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a recomendação apresentada pela CDU, da qual constam as seguintes propostas de medidas extraordinárias de gestão do transporte público em Braga pela Tub –Empresa Transportes Urbanos De Braga - E. M.: **1.** Estudar em conjunto com a TUB/EM a criação temporária de rotas específicas apoiadas em Interfaces localizados em zonas mais distantes do centro da cidade que contribuam para desviar trânsito desta zona. **2.** No mesmo sentido, procurar reforçar as linhas onde se têm sentido maiores atrasos e constrangimento na circulação habitual e evitar supressões de alguns horários. **3.** Com o objetivo de reforçar a adesão aos transportes públicos nesta situação, estabelecer temporariamente um tarifário com viagens gratuitas ou a valores simbólicos até aos 50 cêntimos". Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que referiu que as duas primeiras propostas estão perfeitamente em linha do que tem vindo a ser feito, estando de acordo com as mesmas. Sobre o terceiro ponto, considerou que, atendendo ao aumento de passes que se tem registado, a proposta não irá produzir um grande impacto, pelo que a coligação votaria contra. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que o PS concordava na íntegra com a proposta, considerando a mesma uma proposta paliativa e desnecessária, afirmando que se tivesse havido o devido planeamento, a mesma não estaria agora a ser apresentada. **Deliberado aprovar por unanimidade os pontos 1 e 2. Reprovado o ponto 3 por maioria, com o voto a favor do PS e voto contra da Coligação Juntos por Braga.** -----

34. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão**, que solicitou e consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, colocou 2 questões. Em primeiro lugar referiu que a documentação para a reunião do executivo municipal foi disponibilizada tarde, o que não permite que os cidadãos possam realizar a devida consulta. De seguida, referiu que dada a hora da reunião, deveria ser dada a possibilidade de o público falar no início da mesma, solicitando flexibilidade. De seguida, sobre a aprovação do ponto número 11, referiu que existe uma referência a uma não produção de ruído, mas que noutra página existe uma menção de que de facto poderá haver um ruído reduzido, e que alertava que foi dispensado a avaliação do impacto ambiental e estratégica, referindo estar desiludido pelo voto a favor da oposição. De seguida como primeira questão, perguntou se todas as crianças com necessidades específicas estão abrangidas por tarefas. Como segunda questão, perguntou se existe uma posição do município quanto à proibição da utilização dos dispositivos móveis nos agrupamentos de escolas. Por fim, referiu a contestação relacionada com o complexo desportivo nas imediações da Rua Luís Soares Barbosa (São Vítor), e que ficou surpreso com a possibilidade de aí ser edificada uma creche, num local com muita poluição e com problemáticas específicas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que a participação do público segue o estipulado pelo regimento, não podendo a ordem ser invertida, e que o mesmo regimento impõe que os cidadãos que intervêm na reunião comuniquem os assuntos que vão levar anteriormente, não podendo responder a questões que surgem no momento. Prosseguiu para informar que os tarefas não estão completamente colocados e que o concurso estava na fase final, sendo que até ao final da seguinte semana deveriam ser seleccionados os candidatos que serão, posteriormente, alocados. -----

----- De seguida, a **cidadã Margarida Viana**, que solicitou e consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, afirmou representar o grupo de moradores da Rua Luís Soares Barbosa, solicitando a correção da sua intervenção na ata 44, de acordo com os elementos e as perguntas apresentadas. Como primeira questão, solicitou saber como é possível compatibilizarmos o processo do grupo Supera com as regras do domínio hídrico? De seguida, como segunda questão, interrogou se o Sr. Presidente poderia confirmar saber que uma das condutas ia ser desviada para a construção de um ginásio. Ato contínuo, afirmou que o Ribeiro de São Vítor já está estrangulado e não respeita as regras do domínio hídrico, referindo que as regras são para ser respeitadas nos dois sentidos. Como terceira questão, referiu que, após consultar o processo cedido pela Câmara Municipal, confirmou a existência de um parecer de 2021, e que referia que a circulação de trânsito naquela zona é caótica e que irá piorar com a construção do ginásio, questionando o Sr. Presidente se não seria oportuno solicitar novo estudo sobre esta temática. A cidadã

entregou um documento, que se anexa à presente ata, referente à sua participação. Em resposta, o **Presidente da Câmara** informou que a questão técnica que foi levantada consta do requerimento do Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, e que a resposta ao mesmo, por parte dos serviços técnicos, será partilhada com os presentes. -----

----- De seguida, **uma cidadã**, que afirmou representar um conjunto de pais e encarregados de educação do Jardim de Infância de Dume, referiu que gostaria de entregar um abaixo assinado para solicitar com urgência a redução do limite de velocidade e a colocação de lombas redutoras de velocidade, na Rua do Passal em Dume, pois é uma zona onde as pessoas passam a alta velocidade, criando situações de perigo, solicitando urgência na resolução da questão. Em resposta, o **Presidente da Câmara** informou que a questão tem vindo a ser alvo de ações de monitorização por parte dos serviços, tendo já sido realizadas várias ações de controlo de velocidade e que a percentagem de veículos que circula a altas velocidades é ínfima, e que a média de velocidade é de 36 km/h, sendo que a velocidade máxima registada foi de 55 km/h, não sendo linear que seja necessário aplicar as medidas dissuasoras de velocidade, mas que estão a ser equacionadas medidas de reforço de informação, informando ainda que a questão não está completamente fechada nos serviços, mas que a auditoria real realizada no local não aponta para uma necessidade de intervenção. -----

----- De seguida, um **cidadão**, questionou, sobre o ponto 9, o que mudou desde a última reunião e se o senhor vereador Adolfo Macedo foi efetivamente ao local, que está classificado como zona verde desde a emissão do respetivo alvará de loteamento de 2007, referindo ainda que seria impossível construir as escadas mencionadas, devido ao declive, que representa um perigo eminente de queda de pessoas. Questionou ainda quem garante a segurança às pessoas em caso de queda ou como se desviam do lixo que lá foi depositado, junto à paragem de autocarro, solicitando uma sensibilidade para salvaguardar o interesse público, face às questões por si levantadas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que as questões não são feitas individualmente a nenhum membro do executivo, mas sim de forma geral, pelo que competia ao Sr. Vereador Adolfo Macedo, caso assim o entendesse, responder às questões no final da reunião. -----

----- De seguida, um **cidadão**, questionou, sobre os pontos 8 e 9, se as expressões utilizadas, como desprezo, abandono, insalubridade, insegurança, são o interesse público, referindo que lhe pareceu existir uma mistura de assuntos, como a responsabilidade dos promotores e a receção definitiva, que não consegue entender, solicitando o motivo da incoerência da votação entre os pontos. Terminou referindo que o ponto 9 possui um parecer técnico que refere tudo o que afirmou. O **Presidente da**

Câmara informou que as questões levantadas sobre os pontos 8 e 9 não poderiam ser alvo de resposta pelo mesmo motivo que havia sido referido anteriormente. -----

----- De seguida, o **cidadão Miguel Silva**, que solicitou e consentiu a divulgação dos seus dados pessoais, referiu, como primeira questão, ter estado na reunião, juntamente com duas moradoras da Rua Luís Soares Barbosa, no dia 11 de setembro, sendo que as intervenções não constaram na ata dessa reunião, e que foram igualmente anonimizados os dados pessoais, solicitando a correção da ata nesse sentido. Ato contínuo, afirmou que a sua presença na reunião se prendia com o facto de ter feito uma questão ao Vereador Altino Bessa, que não foi respondida. De seguida, como segunda questão, questionou se, considerando os documentos que a Comunidade Europeia e o governo português têm vindo a desenvolver para mitigar as alterações climáticas, e a existência de dezenas de nascentes e ribeiras que se encaminham para o Rio Este, que está acima do nível de água do mar, a única forma de acabar com as cheias seria o seu alargamento ou um transvase significativo até ao Rio Cávado, conduzindo as águas que se acumulam da maioria das nascentes e ribeiros. Ato contínuo, como terceira questão, indagou se o documento elaborado pelos serviços municipais de adaptação às condições climáticas é um documento apenas elucidativo ou a ter em conta para ser feita a regulamentação adequada para serem seguidas as suas recomendações. Como quarta questão, inquiriu se, considerando o referido no PDM sobre as reconstruções em leitos de ribeiras e vias de água, as revisões que serão feitas terão em conta as construções em profundidade em zonas de cheias. Como quinta questão, inquiriu se o município possui alguma equipa que esteja a trabalhar para alterar o PDM, nas questões dos licenciamentos e prédios construídos em zonas de cheias, e se o município se responsabiliza pelos danos provocados nas construções. Como sexta questão, inquiriu o Vereador Altino Bessa sobre o motivo pelo qual mudou a sua posição em relação ao espaço contíguo à Rua Luís Soares Barbosa, após ter liderado uma equipa que aí plantou árvores autóctones. Como sétima questão, inquiriu se o Vereador Altino Bessa manteve os serviços municipais a intervir naqueles locais até 2017 e se houve a alguma indicação para algum projeto para aquele espaço. Como oitava questão, perguntou quem levou à Divisão de Ambiente informação sobre o espaço verde ali criado com as árvores ali plantadas. O Presidente da Câmara informou que as questões levantadas não poderiam ser alvo de resposta pelo mesmo motivo que havia sido indicado aos anteriores participantes. O cidadão entregou um documento, que se anexa à presente ata, referente à sua participação. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, sobre o PDM, referiu que no que diz respeito às zonas de leito de cheias se respeita aquilo que são as normativas legais, de modo a evitar ou tentar evitar os erros do passado. De seguida, referiu que não existe nenhum mecanismo de assunção de responsabilidades do município de projetos

licenciados no passado, porque esses projetos não foram postos pelo município, mas porque as leis e os regulamentos municipais assim o permitiam, e que não faz sentido que quem construiu nesses locais venha agora imputar responsabilidades ao município. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, **o Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 21h, e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, assistente técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----